

Existe um conceito universal de poder para Foucault?

Is there a universal concept of power for Foucault?

KATRIEL LUIZ KOICHEM¹

Resumo: Neste artigo buscaremos fazer uma breve introdução ao conceito de poder em Foucault, usando como base a obra *Microfísica do Poder* organizada por Roberto Machado e perpassando pela constituição histórica do mesmo, a forma como o poder se apresentou em diferentes camadas da política, em diferentes épocas e de distintas formas. Buscamos apresentar a forma como o filósofo francês vê este poder e de que modo este participa na política. Também se ocupa de pensar como hoje se daria o controle deste poder através das relações entre os indivíduos, sempre de forma hierárquica nos diversos grupos e sugerindo o reconhecimento de cada um nestas relações como parte de uma legitimação para o exercício do poder. Sugerimos para a melhor compreensão da visão de Foucault de que o poder não estaria unicamente ligado ao Estado ou algum indivíduo e nem que estes determinariam a natureza do poder. Sendo muito amplo e relacionado a diversas temáticas, a concepção de poder é de extrema importância na história da política e abrange vastos horizontes onde aqui damos apenas um breve passo para dentro deste assunto a fim de que possa servir de entendimento para demais temas a serem abordados.

Palavras-chave: Foucault. Poder. Política.

Abstract: In this article we will make a brief introduction to the concept of power in Foucault, using as a basis *Microfísica do poder* organized by Roberto Machado, and crossing by the constitution of the history of the same, the way how power is presented in different layers of the policy, at different times and in different ways. We seek to show how the French philosopher sees this power and how it participates in politics. Today, as it would give the control of this power through the relations between individuals, always in a hierarchical manner in the various groups and suggesting the recognition of each of these relationships as part of a legitimisation for the exercise of power. We suggest for better understanding the view of Foucault that the power would not be linked solely to the State or any individual and nor that these would determine the nature of the power. Being very wide and related with several issues to the design of power is of extreme importance in the history of the policy and covers vast horizons where here we only give a brief step inside this subject matter so that this one may serve the understanding for other themes to be addressed.

Keywords: Foucault. Power. Politics.

Introdução

A obra *Microfísica do Poder* reúne textos e entrevistas do filósofo Michel Foucault, organizadas pelo professor Roberto Machado. No livro é apresentado como os mecanismos de poder são exercidos fora, abaixo e ao lado do aparelho de Estado. Assim como mostra-nos a relação de poder e saber nas sociedades modernas com o objetivo de produzir “verdades” cujo interesse essencial é a dominação do homem

¹ Acadêmico de Filosofia - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Representante discente do curso de Filosofia - UFMS. Bolsista do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. E-mail: katrielluiz@gmail.com

através de práticas políticas e econômicas de uma sociedade capitalista. Tomaremos este livro, com alguns artigos em específico, como base para nossa reflexão.

No primeiro artigo contido no livro, “Verdade e Poder”, Foucault explica que a verdade é produto de várias coerções causadoras de efeitos regulamentados de poder. “[...] intelectual não é, portanto, ‘o portador de valores universais’, ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdades em nossa sociedade” (2015, p.52). Ou seja, ele coloca a questão do papel do intelectual na sociedade como sendo uma espécie de produtor das “verdades”, dos discursos vindos de uma classe burguesa a serviço do capitalismo, que aparenta persuadir uma sociedade alienada pelo domínio surgido de uma condição de vida estruturada, a qual lhes davam total respaldo para o exercício de poder. De acordo com Foucault, o intelectual, ao apresentar a verdade para a sociedade apresenta também mecanismos da relação de poder, é esta uma forma de exercício do poder, podendo agora, sob certos requisitos, determinar o que seria ou não verdade para a sociedade. Podemos encontrar nas obras foucaultianas este modo de pensar o poder: sempre uma questão de relação.

É dado como exemplo os estudos feitos por Foucault das instituições do século XVII, como os hospitais, lugar que eram depositados os pobres doentes, prostitutas, os loucos e todos que representavam ameaça para a sociedade burguesa. Quem exercia o poder nessas instituições eram os religiosos e leigos em medicina que ficavam no hospital para fazer caridade e garantir a salvação eterna aos indivíduos lá depositados.

Até o século XVIII, as visitas médicas hospitalares eram feitas de forma irregular, pois, os religiosos utilizavam o local apenas como espaço para exercer suas crenças e não como um espaço para a cura das doenças, o médico nada podia fazer para ajudar essas pessoas, eles também estavam sob a dependência dos grupos religiosos, e podiam ser despedidos caso descumprissem a ordem. (FOUCAULT, 2015 p.197)

Nos trabalhos relacionados à psiquiatria, Foucault apresenta como as instituições teriam sido locais reservados para a diminuição do poder dos indivíduos capazes de enxergar o que acontecia com relação a dominação da prática da psiquiatria e de outras instituições e mecanismos do saber. Era comum que pessoas fossem praticamente abandonadas em um determinado local à arbitrariedade dos médicos e enfermeiros, os quais podiam fazer delas o que bem entendessem, sem que houvesse a possibilidade de apelo. A importância de uma transformação na reorganização arquitetônica dessas instituições hospitalares no século XVIII, de acordo com Foucault, só houve devido às questões políticas e econômicas que circundavam a sociedade francesa e europeia. Essa reorganização ocorreu em torno das relações de poder, sendo assim, os médicos passaram a exercer o poder dentro da instituição e fora dela. Com o avanço da ciência, superando os valores religiosos, os

médicos passavam a ser os produtores da verdade, podendo persuadir as pessoas no intuito de controlá-las e neutralizá-las para exercer poder sobre a sociedade. Seriam eles então os portadores do poder? (FOUCAULT, 2015 p.198).

Da mesma forma que as instituições hospitalares, a prisão deveria ser construída para servir de instrumento de transformação do indivíduo, mas não foi o que aconteceu. Foucault explica que a prisão passou a ser um local de fabricação de mais criminosos, utilizada como estratégia também de domínio econômico. Para ele esse poder que era exercido nas instituições, era um feixe de relações mais ou menos organizadas, mais ou menos coordenadas. Que arriscavam dirigir a consciência e tentavam injetar na sociedade discursos persuasivos que indicavam quem exercia o poder e quem o acatava. Existia uma pirâmide do sistema que se fazia construir a possibilidade de manter esta relação de poder.

O Poder

Segundo o filósofo francês, devemos distinguir o Estado do poder, os dois não seriam sinônimos, portanto, ao se falar de poder não estaríamos falando exclusivamente do Estado como detentor e proprietário deste poder. O poder poderia estar na sociedade como um todo, pairando entre os indivíduos e instituições, existindo nas relações dos mesmos, seria então o poder algo conjunto a sociedade? Situando-se ao mesmo nível e penetrando na vida cotidiana do indivíduo, se assim fosse, por este motivo poderia ser chamado de micropoder.

Os poderes se apresentam de formas distintas, em diferentes locais e níveis dentro da sociedade, sendo também resultantes de diferentes pontos, assim, o micropoder poderia ter ou não relação com o Estado. Dada esta independência do poder para com o Estado Roberto Machado afirma que “Nem o controle e nem a destruição do aparelho de Estado [...] é suficiente para fazer desaparecer ou transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade” (2015, p. 15).

Assim, cabe buscar entender a operação deste poder na sociedade e a relação dele com o saber.

Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities; o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes [...] os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É esta análise dos porquês dos saberes - análise que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político - (MACHADO, 2015, p. 11-12).

É importante compreender os saberes existentes na sociedade para que possamos conhecer da melhor forma a estrutura política, visto que estes saberes fazem parte das relações de poder e são usados no exercício do poder, assim como são dispositivos políticos.

E para explicar o surgimento da análise em relação ao poder, Roberto Machado continua “ a mutação assinalada por livros como *Vigiar e punir*, de 1975 e *A vontade de saber*, de 1976 [...] foi a introdução nas análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes” (2015, p. 12). Cabe questionar então o que afinal seria este poder para Foucault, algo que transita entre a sociedade e a ninguém pertence, um poder não tátil e tão efetivo que sempre possa ver suas causas, mas nunca a ele de fato.

Segundo a interpretação de Roberto Machado

Não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (MACHADO, 2015, p. 12).

Visto que existem teorias sobre a relação de poder, poderíamos encontrar uma definição universal para o conceito nas obras de Foucault? Bem, o poder tendo ou não relação com o Estado, não pode ser visto unicamente como algo ruim. O poder também é produtor, de seu aspecto positivo, o poder é transformador. Se for observado apenas o poder como algo repressivo, não é possível caracteriza-lo ou ter uma noção total, restringindo-se apenas a certos aspectos do mesmo, estando a mercê de uma única perspectiva, a qual não seria satisfatória para a devida compreensão que se deve ter.

Assim o Estado aparenta ser um instrumento específico de um sistema de poderes que não estaria unicamente nele localizado, mas ultrapassa e complementa o mesmo, fazendo parte de todo o meio social em que está localizado, desta forma poderíamos questionar o real papel do Estado e se ele realmente estaria à mercê das relações de poder para Foucault

Devido as concepções políticas ocidentais, de modo especial maquiaveliana e hobbesiana, é difícil para nós ver o poder distante de um sujeito, o poder sempre tem sido retratado como que pertencendo a alguém e este sujeito que o detém também será quem definirá a natureza do poder. Foucault critica esta visão, devido ao fato de que, segundo o autor, nunca se tenha feito uma análise dos mecanismos de poder na história, é sempre tido como que o poder esteja no outro, na instituição; no soberano; no rei; no estado, etc.

Para compreender de melhor forma o conceito de poder no filósofo francês, precisamos ver o poder de forma separada deste sistema direto, que podemos dizer como rei-súdito, opressor-oprimido, esta relação Foucault definirá como poder-soberano. Ao fazermos uma rápida reflexão sobre as formas de poder, sempre veremos ele ligado a um sujeito, assim como Hobbes define o detentor do poder como o Leviatã. No que se constituiria exatamente o poder se não na relação de quem o impõem sobre quem é imposto?

Se apenas observarmos o poder pelo ponto de vista de quem o exerce, a visão sobre a natureza e particularidades deste poder estará deturbada, visto que, não é a partir do sujeito que surge o poder, mas sim, a partir do poder é que temos o sujeito. Visto que o sujeito não é um fator determinante do que seria o poder, o mesmo não pode se concentrar em coisas ou objetos, nem deve se dar unicamente por patamares econômicos, de que quem possui um maior poder aquisitivo teria mais poder. Na verdade, o poder se dá pelas inúmeras relações existentes. Há muito mais por ser visto do que aquilo que existe entre o soberano e o súdito, muitas relações existem entre eles e ainda outras paralelas a eles, estas relações é que ditariam o caráter do poder.

Queremos aqui ressaltar que estas relações não têm metas pré-determinadas, não podemos confundir a constituição de um poder pela relação deste, visando uma determinação teleológica. Na verdade, nós é quem somos os definidores deste poder, seja como opressores ou como oprimidos, a partir do momento que nos reconhecemos em qualquer um destes papéis e em qualquer relação, damos legitimidade a relação de poder ali exercida.

Governamentalidade

Para ajudar nesta empreitada de compreender melhor a forma que o poder se configura para assim conseguirmos analisar ainda mais a fundo a política, tomemos por referência a aula de Foucault no *Collège de France* em 1º de fevereiro de 1978 que trata a respeito da governamentalidade. Assim como em todo seu trabalho, o filósofo francês faz uma retomada histórica das formas de governo e suas características. É observado então que, da mesma forma que mencionamos em relação ao poder, Maquiavel escreverá *O Príncipe* onde este tratará de como se deve manter o poder, entre outras características. Mas o que nos importa, e que é fator principal nesta obra em relação a história política dos homens, é que Maquiavel trabalha com apenas uma forma de governo, um alto cargo a ser alcançado, seja por conquista, herança ou aquisição, sempre mantendo esta relação do principado externo ao príncipe.

Foucault se utiliza da obra *Miroir politique contenant diverses manières de gouverner* de Guillaume de La Perrière, este é um dos primeiros textos anti-Maquiavel e no qual permite ser observado diferentes formas de governo do que a específica apresentada por Maquiavel. Entre essas diversas formas de governo existentes na sociedade, Foucault irá levantar o questionamento de qual seria a forma que se aplica

a todo o Estado. Assim, usa como base os *Escritos pedagógicos para o Delfim* de La Mothe Le Vayer, apresentando a existência de três formas de governo e sua relação com algum segmento da ciência ou reflexão. Por primeiro, temos o governo de si mesmo, tratando-se basicamente da moral; o governo da família, como prover e garantir o bem dos membros familiares, este sendo ligada a economia; e a terceira trata-se da ciência de bem governar o Estado, referindo-se a política (FOUCAULT, 2015, p. 409).

Desta forma, é apresentado um pensamento que Foucault define como continuidade ascendente e descendente, no sentido descendente de que como os textos de La Mothe Le Vayer sugerem, quando o Estado é governado da forma correta tornar-se-ia mais fácil de governar a família, cada provedor saberia a melhor forma para isso, tendo então o meio familiar organizado da forma que se deve os indivíduos também se comportariam da melhor forma, para cuidarem de si. Na forma ascendente o sujeito precisa cuidar de si para que então possa organizar sua família e tendo as famílias bem governadas ficaria menos trabalhoso de se governar o Estado, esta segunda forma é presente na pedagogia do príncipe, pode-se observar que tanto na forma descendente quando na ascendente a espécie de governo central é o governo da família, a economia.

Cabe, então, às obras políticas de toda a história que tratam desta arte de governar, responder como poderia introduzir a economia do ponto de vista de gerir a família para o âmbito do Estado, podendo ter o modelo familiar como base para se moldar o modelo do Estado. Esta economia passa por mudanças na história política e sua relação para com o Estado também se dará de formas distintas, assim como explica Foucault.

A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história. Eis portanto o que significa governar e ser governado (FOUCAULT, 2015, p. 414).

Esse exercício do poder, por meio do governo, tem relação direta com a propriedade, as riquezas ou de modo geral, a economia do Estado. É apontado por Foucault como esta operação do Estado sofre ruptura entre o século XVI e XVII. Os princípios do Estado se alteram e se tem uma forma diferente na governamentalidade: “Governo é uma correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (2015, p. 283).

Maquiavel em *O Príncipe* apresenta o mesmo princípio jurídico contido na idade média até o século XVI e que caracterizava a soberania, onde o fator principal sobre o qual o principado exercia o poder era o território e os habitantes que sobre ele residiam. As características deste território, os bens que ele poderia ou não proporcionar ao soberano, a cultura dos habitantes, se estes eram ricos ou não e quão

grandiosas poderiam ser as edificações sobre estas terras eram apenas fatores variáveis, como explica Foucault em relação ao território; este seria o próprio fundamento do principado ou da soberania.

Em La Perrière, este conceito de coisa a qual o governo estaria encarregado é mais amplo e plural, ao contrário da definição que Maquiavel apresenta, La Perrière, mostra que o que o governo se refere é o território, mas além dele, tudo aquilo que está sobre ele nas suas relações, governar-se-ia sobre esta alteridade dos homens e das coisas, das situações a que os habitantes poderiam estar sujeitos e dos efeitos disto, caberia ao governo administrar melhores formas de lidar com cada situação, assim Foucault usa como exemplo acidentes ou desgraças como fome, epidemia, morte, o clima, a seca, a fertilidade etc.

Esta relação dos homens com as coisas mostra uma certa priorização do indivíduo sobre o território, trazendo, assim, mais para perto do Estado a ideia de governar como se governa uma família. Se explicita uma preocupação para com os indivíduos que compõem este meio e como estes se relacionam com as coisas, fazendo com que os problemas em relação ao território da família e a expansão territorial da soberania fiquem relativamente em segundo plano, indica Foucault.

Para exemplificar o que foi apresentado, Foucault utiliza o exemplo de Frederico II em seu livro *Anti-Maquiavel*, no qual o mesmo diz.

Comparemos a Holanda e a Rússia; a Rússia pode até ser o país de maior extensão em relação aos outros Estados europeus, mas é composta de pântanos, florestas, desertos, é povoada apenas por um bando de miseráveis, sem atividade nem indústria; a Holanda, que é pequeníssima e constituída de pântanos, possui, ao contrário, uma população, uma riqueza, uma atividade comercial e uma frota que fazem dela um país importante da Europa, o que a Rússia está apenas começando a ser. Portanto, governar é governar as coisas (FOUCAULT, 2015, p. 416).

Apenas para elucidar esta questão apresentada tendo a família como modelo básico para o estado, no momento de transição do início do século XVII surge então as estatísticas, assim, passa-se a poder obter dados da população, como número de nascimentos, mortos, epidemias, riquezas; tendo noção geral quantitativa da população, nota-se que tal aspecto é impossível de se reduzir ao meio básico familiar, assim como diz Kant no ensaio sobre *“Ideia de uma história universal com um proposito cosmopolita”*, é possível perceber uma regularidade nas estatísticas dos Estados e pode-se dar um certo sentido aos fenômenos sociais (1784, p.11).

Assim, o modelo familiar começa a desaparecer como base do Estado e é absorvido pela sociedade, tornando-se mais um segmento, afirma Foucault. O governo passa no século XVII-XVIII a ser um administrador deste segmento.

Conclusão

Por mais que o poder esteja nas relações e não seria algo que se pudesse deter para si, muito menos sendo palpável, ao observar a sociedade e a forma que ela se configura no decorrer do curso histórico da humanidade, como suas mudanças ocorrem sempre por algum objetivo muito bem traçado, é possível notar uma influência nesta relação de poderes. Se não é possível se ter o poder, o que ocorre, então, é que os indivíduos cientes desta realidade busquem ao menos ditar suas relações.

Gerard Lebrun constata no seu livro *O que é poder*, como o governo trabalharia para ditar estas relações e como o curso histórico apresentado anteriormente pelos filósofos pode hoje ser constatado nos escritos de Foucault. “A verdade é que, em toda parte, ‘cidadão’ quer menos e menos dizer ‘indivíduo político enquanto participante do poder’, e cada vez mais ‘indivíduo político enquanto codificado pelo poder, determinado inteiramente por ele, produzido por ele’”. (LEBRUN, 2013, p.68). Tal qual em Hobbes, este poder político e toda esta codificação que determina o sujeito, vindo da modernidade como uma forma que se adapte as relações de poder para que se continue do lado correto destas relações, não que exista necessariamente um lado certo e um errado, mas sim um lado que se acredita ser certo para que se possa exercer o poder e obter os frutos benéficos disto para si. Assim, Lebrun irá sugerir que “O que Foucault descreve é o triunfo do Leviatã, é o aperfeiçoamento do Estado hegeliano” (LEBRUN, 2013, p.73). Contudo, Monica Stival salienta que, “entretanto, não é isso que Foucault entende como poder, ou pelo menos ele não é apenas essa produtividade do poder político em relação às vidas individuais” (STIVAL, 2016, p.108).

O poder teria sim um movimento dentro das relações, mas esta visão é apresentada por Foucault posteriormente, nas décadas de 70, 80. De início, o poder é apresentado como uma ruptura, um corte nas relações assimétricas. Este caminhar da história apresentada em que os códigos sociais se modificam na busca de deter o poder não devem ser relacionados diretamente ao poder, quando falamos de política, o poder pode ser tido como produtor, mas o poder não se trata do que o indivíduo pode carregar, o conhecimento que possa ter ou o posto em que se encontra. “Eu diria que o exercício do poder se acompanha bem constantemente de uma manifestação de verdade entendida no sentido amplo” (FOUCAULT, 2009, p.11).

Tomemos por verdade um conjunto de pensamentos que se organizam de forma racional a se oporem a algo que é tido como errado ou não comprovado racionalmente, algo que, de modo muito vago, poderíamos dizer que forma o conhecimento, este se trata da assimilação destas verdades que antes de morais são racionais a ponto de servirem por base para as ações a que o indivíduo venha exercer. Foucault irá dizer que ao se exercer o poder, a ação tomada nada mais é do que uma hegemonia, mas não num sentido soberano sob os demais, “[...] hegemonia é

simplesmente o fato de se encontrar, face aos outros, na possibilidade de conduzi-los e de conduzir, de algum modo, suas condutas; [...]” (FOUCAULT, 2009, p.12-13).

O poder não opera sozinho, nem poderia, pudemos constatar que para ser possível que ele não tenha um detentor, que ele não se dê unicamente em bens palpáveis e a mercê de quem os controla, seja por meio de aquisição, herança ou conquista, é crucial os demais mecanismos que operam, assim como o saber, a verdade e a força.

O sujeito, portanto, ao buscar cargos reconhecidos na sociedade, ao buscar ser uma liderança, seja como for a credibilidade, ele poderá exercer o poder perante os demais, aqueles que ao cargo em que ele está sejam sujeitados. Este exercício do poder não se trataria então de deter o poder e aplica-lo a sua livre vontade, mas o sujeito “teria” de forma indireta este poder, o que poderíamos supor que ele possua é a maior possibilidade de controlar as relações e exerce-lo, isto legitimado pelo cargo que possui.

Para pensarmos na sociedade e visando alguma proposta, devemos pensar nestas relações, quem legitimamos a exercer o poder, como e porque legitimamos. Deveríamos trabalhar a relação de forma mais igualitária entre os indivíduos, já que esta é quem faz a ligação entre o poder e o sujeito, é a forma da relação que permite ao sujeito exercer o poder sobre os demais. Então, seria a partir dela que se deveria trabalhar para que os problemas contidos na sociedade, como exploração e autoritarismo, fossem minimizados e os fatores de igualdade pudessem avançar no patamar social, abrangendo mais altos graus hierárquicos e maior número de pessoas.

De modo introdutório, ao questionarmos o conceito de poder em Foucault, é perceptível que este carrega consigo signos que nos levariam a horizontes distantes e amplos e que se tomarmos o caminho de algum diferente conceito do autor seria possível voltar ao local de partida, já que, as ideias que se apresentam formam uma rede de signos e interpretações formando quase que um mapa desbravador do sujeito e de como a sociedade opera. O poder é algo fluido, de extrema importância em tudo que se possa pensar relacionado a sociedade, também nos vemos impossibilitados de abordar este tema sem que remetamos a demais assuntos, todos interligados e atingindo pontos como o Estado, a política, o indivíduo, suas relações, enfim, a sociedade como um todo

Por fim, deixo as últimas palavras do filósofo Michel Foucault em relação ao poder na obra *Do Governo Dos Vivos*, para que sirva de últimos esclarecimentos, mas também com a expectativa de que elas instiguem futuros trabalhos.

Nenhum poder existe por si! Nenhum poder, qualquer que seja, é evidente ou inevitável! Qualquer poder, conseqüentemente, não merece ser aceito no jogo! Não existe legitimidade intrínseca do poder! E a partir dessa posição, a *démarche* consiste em perguntar-se o que é feito do sujeito e das relações de conhecimento no momento

em que nenhum poder é fundado no direito nem na necessidade; no momento em que qualquer poder jamais repousa a não ser sobre a contingência e a fragilidade de uma história; no momento em que o contrato social é um blefe e a sociedade civil um conto para crianças; no momento em que não existe nenhum direito universal, imediato e evidente que possa, em todo lugar e sempre, sustentar uma relação de poder qualquer que ela seja. Vocês veem, portanto, que entre isso que se chama, grosso modo, a anarquia, o anarquismo e o método que eu emprego é certo que existe qualquer coisa como uma relação (FOUCAULT, 2009, p. 37).

Referências

BOBBIO, N; BOVERO, M. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009. E-book disponível em <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-do-governo-do-vivos.pdf>. Acesso em: 06/03/2017.

HOBBS, T. *Leviatã, ou, A matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 3. ed. São Paulo, SP: Ícone, 2014.

KANT, I; TERRA, R. R. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEBRUN, G. *O que é poder*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Sílvia Lara. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. 3. ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

STIVAL, M. *Governo e Poder em Foucault*. Editorial Universal. Marília, v. 39, n. 4, p.107-126, Out./Dez. 2016 <http://www.scielo.br/pdf/trans/v39n4/0101-3173-trans-39-04-0107.pdf>. Acesso em 06/03/2017.

Submissão: 26.04.2017 / Aceite: 01.06.2017